

**38º encontro anual da anpocs**

**GT36 - Sociologia da Adolescência e da Juventude**

**Limites e possibilidades da interiorização da UFRPE para a juventude  
rural do Sertão do Pajeú-PE.**

Maria de Assunção Lima de Paulo.

Universidade Federal de Campina Grande.

[assuncaolp@yahoo.com.br](mailto:assuncaolp@yahoo.com.br)

## **Introdução**

Este artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão dos efeitos dos programas de interiorização e expansão universitárias, que estão se desenvolvendo no Brasil a partir de 2003, para a juventude rural.

Dentre as questões que envolvem a juventude na contemporaneidade, a educação tem sido uma das questões mais importantes. Entendida como via de acesso ao mercado de trabalho, os jovens rurais e urbanos valorizam a educação e tem considerado seu acesso um importante meio de desenvolvimento social e individual (ABRAMO, 2005). Por outro lado, o acesso de jovens do meio rural à universidade pública foi historicamente limitado por questões culturais, econômicas, sociais e políticas. Diante de uma mudança na política de educação, vale buscar compreender seu reflexo na vida desses jovens que, como demonstram muitas pesquisas realizadas no Brasil, apontavam o acesso a universidade como um sonho muitas vezes distante (PAULO, 2011).

O lócus da pesquisa que aqui apresentamos foi a unidade Acadêmica de Serra Talhada, pertencente à Universidade Federal Rural de Pernambuco, localizada na mesorregião do Sertão do Pajeú, Pernambuco- Brasil. Esta unidade foi criada no ano de 2006 e agrega nove cursos, tendo como público-alvo principal a população em idade escolar para o ensino superior, da região e do seu entorno. Buscamos discutir aqui os limites e possibilidades de inserção desses jovens que, vivendo no interior dos pequenos municípios do Nordeste do Brasil, em sua maioria, sofrem com a precariedade historicamente vivenciada pelas áreas rurais desses municípios, especificamente em relação ao acesso a educação pública e de qualidade.

Assim, por meio de uma pesquisa de caráter misto, com uso da pesquisa quantitativa e qualitativa objetivamos compreender a dimensão da inserção dos jovens rurais na Unidade acadêmica de Serra Talhada, as dificuldades que envolvem esta inserção, a importância da mesma para os jovens rurais, a forma como eles percebem a universidade, seus efeitos para a região especificamente para o meio rural.

Partimos do pressuposto que não é possível compreender as transformações sociais sem levar em conta as ações individuais, entendendo que os indivíduos são atores, agentes sociais que estão em estreita relação com a estrutura social, sendo produto e produtor da mesma (GIDDENS, 1989). Nesse sentido, a compreensão das escolhas e dos projetos de vida dos jovens rurais que tiveram acesso à universidade é uma via de acesso à realidade da juventude rural da região, da agricultura familiar e dos reflexos da interiorização da universidade pública para regiões que antes não possibilitavam acesso de sua população ao ensino superior público.

Apesar de entendermos que a juventude é uma fase do “curso da vida” socialmente construída, não podendo ser delimitada por uma idade cronológica, para efeitos desta pesquisa, assumimos os critérios adotados pelas várias pesquisas no país, ou seja, consideraremos como jovens rurais os sujeitos com idade compreendida entre 15 e 29 anos, cujas famílias residam no meio rural (distritos ou comunidades rurais). O alongamento até os 29 anos têm sido discutido pelos pesquisadores da juventude rural, porque diferente da zona urbana, no rural, a noção de juventude é prolongada até uma idade maior, pois envolve a “sucessão geracional” (WEISHEIMER, 2009, p 106), por parte dos filhos dos agricultores, que em geral é tardia e essa acaba sendo uma condição fundamental para que os jovens sejam vistos como adultos dentro da comunidade (CASTRO, 2009, p. 186). Com isso, tendo o objetivo de analisar as políticas governamentais voltadas para a juventude rural, é importante trabalhar com esta faixa etária mais elevada.

Logo no início da pesquisa percebemos a inexistência de dados sobre a juventude rural naquela instituição, assim como no INEP, por isso, partimos para a construção da amostra de maneira aleatória, considerando a diversidade de cursos, períodos, gênero e lugar de moradia. Aplicamos 1189 questionários, o que corresponde a 47,5% dos alunos matriculados no primeiro período de 2012 na UAST, momento em que realizamos a parte

quantitativa da pesquisa. Buscamos atingir equidade de aplicação dos questionários por curso, semestre, turno e gênero. Os questionários foram distribuídos aleatoriamente entre os cursos de acordo com o número de alunos matriculados e em atividade em cada um deles, com o seguinte resultado: 134 do curso de Bacharelado em Administração, 171 de Bacharelado em Agronomia, 166 de Bacharelado em Ciências Biológicas, 112 de Bacharelado em Ciências Econômicas, 128 de Bacharelado em Sistema de Informação, 92 de Bacharelado em Zootecnia, 119 Engenharia de Pesca, 145 de Licenciatura em Letras e 122 de Licenciatura Plena em Química. Os questionários possuíam questões fechadas e abertas por meio das quais buscamos traçar um perfil dos discentes da unidade e construir a amostra de jovens rurais que ali estudam.

Em uma segunda etapa da pesquisa, realizamos entrevistas com 20 (vinte) jovens rurais oriundos de diferentes municípios do Sertão do vale do Pajeú, buscando entender, por meio de suas trajetórias escolares, as possibilidades e limites que tiveram até chegar à universidade. Por fim, entrevistamos 8 (oito) famílias de jovens de diferentes municípios da região com o objetivo de entender a realidade socioeconômica e cultural das mesmas, suas visões sobre o acesso dos filhos à universidade, bem como os efeitos deste para a família e para as expectativas futuras dos pais em relação a vida dos filhos e a agricultura familiar.

### **Juventude rural: a construção de uma categoria e a formação de um ator coletivo.**

A juventude do meio rural é atualmente percebida como um dos importantes atores sociais a serem considerados como sujeitos de políticas públicas, uma vez que os jovens rurais estão sendo considerados pela academia, Estado e outras instituições, atores importantes no processo de desenvolvimento de um projeto de nação. Para Castro(2010), a juventude rural é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social. Os processos de exclusão daqueles identificados como jovens são complexos e envolvem a intercessão de questões de classe social, gênero, raça, etnia, sexualidade e, como veremos, o lugar aonde se vive. Nas últimas duas décadas, os estudos sobre a juventude rural vêm ganhando fôlego e as

pesquisas demonstram que os jovens rurais são atores sociais que constroem identidades particulares em meio a coletividades rurais e em relação a outras juventudes, mas que, apesar disso, esta é uma categoria que necessita ainda ser melhor compreendida (PAULO, 2011).

A juventude rural é pensada como específica por viver no meio rural e construir nele e a partir dele suas visões de mundo, de si e do outro, por vivenciar problemas específicos do seu meio, que evidentemente, também se diferencia de um país para o outro, de uma região para a outra, de um município para o outro e de um rural para o outro, uma vez que esse meio é multifacetário e multidimensional e, portanto, heterogêneo (WANDERLEY, 2009).

É importante, portanto, contextualizar o meio rural no qual esse jovem se inclui e compreender o processo histórico que o forjou, assim como suas contradições. Como afirma Wanderley, o meio rural que envolve os pequenos municípios do Nordeste do Brasil é marcado pela precariedade de acesso a bens e serviços, sendo o transporte uma das maiores carências dessas de suas populações. Nesse sentido, a distância do rural onde vive em relação ao meio urbano, também faz diferença no processo de construção de sua identidade, nos sonhos e projetos, nas escolhas profissionais e nas possibilidades de realização, sendo o acesso à educação a principal delas. Para além das discussões acerca da operacionalidade do conceito de juventude rural, as questões que emergem no debate sobre juventude rural sempre perpassam o acesso desta à educação.

Abramovay (1998) e Ferrari et. All (2000) demonstram que existem vários determinantes para definir as escolhas dos jovens rurais no que se refere à decisão de ficar ou de sair do seu meio. Se antes, essa decisão era quase que totalmente orientada pela família, como coletividade, hoje, além desta, outros elementos devem ser considerados para entendê-la: a educação no meio rural, a diferenciação social e a precarização das condições das unidades produtivas, além de não se poder deixar de levar em consideração as dimensões de gênero e geração nas relações familiares e nos processos sucessórios. Há, segundo os autores, uma importante associação entre a pobreza, a escolaridade, a idade, o gênero e o futuro profissional dos jovens rurais.

Em pesquisa sobre juventude rural realizada no Estado de Pernambuco, Wanderley (2006) parte do pressuposto de que os problemas vivenciados pelos jovens

rurais têm dimensões distintas dos vividos pelos jovens urbanos, especificamente por pertencerem ao meio ambiente social rural. No entanto, segundo a autora, os problemas não são vivenciados em todas as regiões do país da mesma forma. Assumindo que há uma imensa diversidade de jovens rurais no Brasil, para Wanderley (2006), apesar de haver entre os jovens rurais e urbanos muitas semelhanças no que se refere aos sonhos de vida futura, o gosto por conviver em grupos de amigos e até o estilo de roupa, tais semelhanças não diluem as diferenças relativas à especificidade de viver no meio rural e fazer parte de uma família camponesa.

A pesquisa realizada por Paulo (2010) demonstra não haver uma juventude rural, mas uma multiplicidade de vivências juvenis rurais que são delimitadas pelas condições socioeconômicas das famílias, acesso à educação, gênero e localização da comunidade onde mora em relação à cidade. Isto faz diferença se esta for uma cidade grande, média ou pequena.

Especificamente no Sertão Paraibano e Pernambucano, Silva e Menezes (2007) vêm pesquisando a migração dos jovens rurais daquela região para o corte da cana de açúcar no sudeste do país e percebendo como esta interfere nas vidas desses jovens, sua família e suas redes de amizade. De acordo com os autores, a migração adotada por grande parte dos jovens, decorre da sua pouca oportunidades de trabalho em outras atividades, uma vez que não possuem qualificação profissional e se constitui um meio de possibilitar de alguma forma a permanência da família no meio rural com alguma condição de acessar bens que, vivendo apenas do trabalho ali, não conseguiriam. De um rural para o outro, os jovens saem dos seus “espaços de vida” para se inserir no espaço da alta exploração do agronegócio da cana de açúcar, o que demonstra a heterogeneidade do meio rural brasileiro.

Em estudo recente sobre a educação em assentamentos rurais do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNERA, 2005), foi demonstrado que de 2,5 milhões de entrevistados, 64% têm até 30 anos. Destes, 38,8% frequentam escolas (987.890), dos quais 48,4% na etapa de 1ª a 4ª série do ensino Fundamental (representando 95,7% da população com idade para estar matriculada nestas séries); 28,5% estão frequentando da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, e 8% o Ensino Médio e Profissionalizante.

Analisando os dados da pesquisa do Projeto Juventude, produzido pela fundação Perseu Abramo, Maria José Carneiro (2005) tece algumas considerações acerca da juventude rural: Segundo ela, há uma maior valorização da educação por parte desta parcela da juventude como condição para acessar emprego e esta, está em grande parte mais associada a um afastamento da atividade agrícola. Ainda segundo ela, os jovens rurais, em grande parte, estão ligados a condições precárias de contratos de trabalho o que demonstra que o investimento na educação, apesar de ser um desejo, não faz parte da vida da maioria desses jovens (CARNEIRO, 2005).

Em sua pesquisa, Wanderley (2006) constatou-se que apenas 1,6% dos jovens rurais da amostra de mais de 600 jovens são estudantes de faculdade. E a maior parte destes, estuda em faculdades privadas, muitos fazem seus cursos em regime semipresencial, tendo aulas apenas nos fins de semana.

Castro (2005), em pesquisa desenvolvida em assentamento rural no Estado do Rio de Janeiro, percebeu que a principal queixa dos jovens rurais no que se refere ao acesso à escolarização é a distância entre o domicílio e as escolas. Também no pequeno município de Orobó- PE, os jovens lamentam a dificuldade de acesso a faculdades e universidades o que faz com que poucos destes deem continuidade aos estudos ou, mesmo quando o fazem, cursam em faculdades privadas e em regime semipresencial, cursos que não são necessariamente o seu desejo.

Por fim, diante da escassa bibliografia sobre a inserção da juventude rural no ensino superior, se percebe que esta necessidade tão abordada pelos jovens, não tem sido objeto de interesse dos estudos, assim como não tem sido causa de preocupação específica do Estado, uma vez que os dados do INEP e das universidades não destacam essa categoria juvenil, não havendo dados que nos levem a identificar seu acesso.

### **Os programas de interiorização e expansão das UFES e a criação da Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UFRPE.**

Até 2006, no Estado de Pernambuco, as universidades públicas federais estavam concentradas na Capital, o que dificultava ou até impedia jovens de várias regiões do Estado de sequer chegar a tentar ingressar nas mesmas.

O governo Lula marcou uma mudança na política de educação superior estendendo o acesso às populações de classes sociais menos favorecidas e para as populações mais afastadas dos grandes centros. Numa primeira fase, denominada de Expansão I, que aconteceu no período de 2003 a 2007, o objetivo principal era interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava, até o ano de 2002, com 45 universidades federais e 148 campi/unidades. Na segunda fase, com o objetivo de prover as universidades das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, foi criado, pelo Decreto nº 6.096/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Segundo o sítio oficial do programa, “suas ações contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção e inovações pedagógicas e o combate a evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país”.

O projeto de interiorização da Universidade Federal Rural de Pernambuco criou a Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST em 2006. A partir de 2007, a unidade passou a participar da política nacional do REUNI (Reestruturação e expansão das Universidades Federais), ampliando sua oferta de cursos. Atualmente, a Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE oferece os seguintes cursos de graduação: Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Econômicas – Ênfase em Economia Rural, Engenharia de Pesca, Sistemas de Informação, Licenciatura Plena em Química, Administração, Zootecnia e Licenciatura em Letras. Entre as missões assumidas pela instituição, está a de contribuir para o desenvolvimento dos municípios que integram o sertão do Pajeú, visando atender as demandas de conhecimento e trabalho.

Este processo atingiu quase todas as regiões do país expandindo o número de vagas, cursos, criando novas universidades e extensões de universidades já existentes. O objetivo é democratizar o acesso e permanência dos ingressos nas Universidades de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação (BRASIL, 2007).

A interiorização das Universidades para regiões que atendessem aos municípios médios e pequenos visava também o desenvolvimento dessas regiões, uma vez que o



papel da Universidade não se restringe ao ensino, mas, estando ela compreendida em três pilares, visa a pesquisa e a extensão, que em última instância, tem por função colaborar para o desenvolvimento sustentável dessas regiões. Em 2007, dentro da política nacional de educação superior, no Brasil, foi lançado o projeto de Reestruturação e expansão das Universidades Federais: REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 que objetivava, entre outras coisas, a “construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente” (BRASIL, 2007).

Sousa e Silva (2010), analisando a expansão da Universidade através do programa REUNI, consideram que ela representa um avanço em termos de democratização desta modalidade de formação, por meio da ampliação de seu acesso, através do aumento das vagas ofertadas e da interiorização das universidades, é fato que se tem muito ainda a avançar, principalmente no trato da ideia de democratização.

Ademais, a inserção das unidades acadêmicas em regiões com uma grande população rural, tem como objetivo democratizar para essa população, o ensino superior de qualidade que venha a contribuir com os indivíduos e com a região. De acordo com Pereira (2011), apesar de uma maior democratização em termos de quantidade, é necessário saber o aspecto qualitativo, no qual importa saber as condições efetivas de permanência qualificada desse contingente que está chegando à universidade. Para ele, com a inclusão de classes populares na educação superior, se faz necessária uma pedagogia que consiga dar conta da qualidade da produção de conhecimento com qualidade, a partir das condições de acesso aos bens simbólicos que este público teve acesso.

O município de Serra Talhada, onde está fundada a Unidade Acadêmica, está localizado na mesorregião do Sertão do Pajeú pernambucano, no semiárido Brasileiro, que apresenta como um de seus principais problemas o processo de desertificação e a vulnerabilidade de parte das populações rurais. Uma política de educação com responsabilidade social deve ter entre seus objetivos a construção de um conhecimento voltado para a compreensão dessa realidade, para a convivência com ela de forma a contribuir para seu desenvolvimento sustentável.

A educação é entendida por vários estudiosos, como o principal mecanismo de diminuição das desigualdades sociais e nesse sentido, o acesso à mesma deve ser

democratizado. Percebendo a universidade como uma instituição social, definida por uma prática social determinada por sua instrumentalidade, Marilena Chauí, enfatiza a sua importância em uma sociedade democrática e aponta o caráter de autonomia e a universalidade, tendo a sociedade como seu princípio de referência normativa, como uma característica particular desta instituição. Para ela, existe uma relação entre a sociedade e a universidade que lhe confere legitimidade.

No entanto, para a autora a universidade está se restringindo a uma organização, que busca meios eficazes para atingir fins utilitários e critica a forma como a docência e pesquisa vêm sendo pensadas a partir de um modelo de fragmentação competitiva. Ao perder sua universalidade as universidades perdem seu caráter de instituições comprometidas com a vida de suas sociedades e articuladas a poderes e direitos democráticos que é a sua real função. Além disso, Chauí critica a implementação de estratégias para flexibilizar e diversificar a oferta de ensino superior que busquem definir seu perfil apenas com o fim de desenvolver competências para o mercado, sem priorizar a universidade como instituição social (CHAUÍ,1999).

### **A juventude rural do Sertão do Pajeú e sua inserção na Unidade Acadêmica de Serra Talhada.**

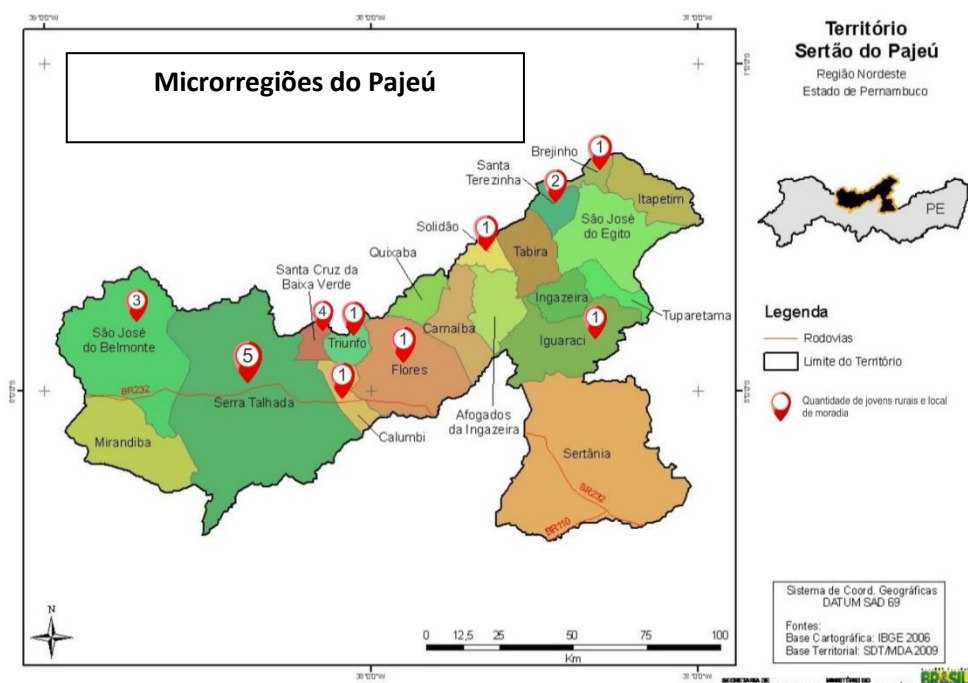
O Território do Pajeú, situado no Sertão de Pernambucano, é composto por 20 (vinte) municípios e agregado pela *Microrregião São José do Egito*: Itapetim, Tuparetama, São José do Egito, Santa Terezinha e Brejinho; *Microrregião de Afogados*: Afogados da Ingazeira, Tabira, Sertânia, Carnaíba, Quixaba, Igaraci, Ingazeira e Solidão e *Microrregião Serra Talhada*: São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Mirandiba, Flores, Triunfo e Calumbi. Abrange uma área de 13.350,30 Km<sup>2</sup> e o principal acesso ao Sertão do Pajeú se dá pela BR 232 e pelas PE320, que liga Serra Talhada a São José do Egito, via Calumbi - Flores, e PE-360, que liga Ibimirim a Floresta e a Petrolina, nas quais circula praticamente toda a produção e abastecimento.

Fazendo uma caracterização da mesorregião do Pajeú apresenta uma diversidade de recursos naturais, entretanto em termos mais gerais possui índices pluviométricos anuais que atingem uma média de 800 mm, com má distribuição espacial e temporal e alta evapotranspiração potencial, junto à esta condição predominam solos rasos e com baixa capacidade de retenção de água, o que explica a existência de balanços hídricos

negativos. Já a vegetação que predomina nesta região é a “caatinga”, cujo nome possui origem Tupi-Guarani e significa floresta branca, devido o aspecto da vegetação na estação seca, quando as folhas caem e restam apenas os troncos brancos das arvores e arbustos (PRADO, 2003). A relativa escassez de recursos naturais e a falta de consciência pela manutenção do equilíbrio socioambiental é importante para certas limitações na vida da população sertaneja (MESQUITA e CAVALCANTI, 2012).

O mapa a seguir traz a divisão territorial da mesorregião do Pajeú em suas microrregiões, bem como a localização dos municípios onde foram desenvolvidas as entrevistas.

**Mapa 1** - Mapa do Território do Sertão do Pajeú: identificação de jovens entrevistados.



Fonte: [http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tc/tr\\_082\\_sertao\\_pajeu\\_pe\\_abr\\_2009.jpg](http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tc/tr_082_sertao_pajeu_pe_abr_2009.jpg)

De acordo com os dados, a unidade acadêmica tem atendido prioritariamente jovens da região do Sertão do Pajeú e municípios do entorno nos Estados de Pernambuco e Paraíba, sendo 58,6% desta mesorregião. Entre os jovens rurais, 68,3% tem sua origem no Sertão do Pajeú, enquanto 31,7 de outros municípios, 91,3 do Estado de Pernambuco, o que nos leva a concluir que a unidade tem cumprido com a função de democratizar o acesso ao ensino superior no interior daquele Estado.

**Tabela 1.** Relação entre os alunos que pertencem ou não ao Território da Cidadania do Sertão do Pajeú e à localidade de residência da família

Tabela 1: Residência dos jovens em relação ao território da cidadania do Sertão do Pajeú.

RESIDE NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO SERTÃO DO PAJEÚ	LOCALIDADE DE RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA		TOTAL
	MEIO URBANO	MEIO RURAL	
SIM	543 (56,4%)	151 (68,3%)	694 (58,6%)
NÃO	420 (43,6%)	70 (31,7%)	490 (41,4%)
TOTAL	963	221	1184

Entre os 1189 jovens pesquisados, 965, 81% discentes responderam ser da zona urbana e 221 do meio rural, o que corresponde a apenas 19% dos discentes e destes, 97,3% estão dentro da faixa que consideramos jovens, de acordo com os critérios já discutidos acima.

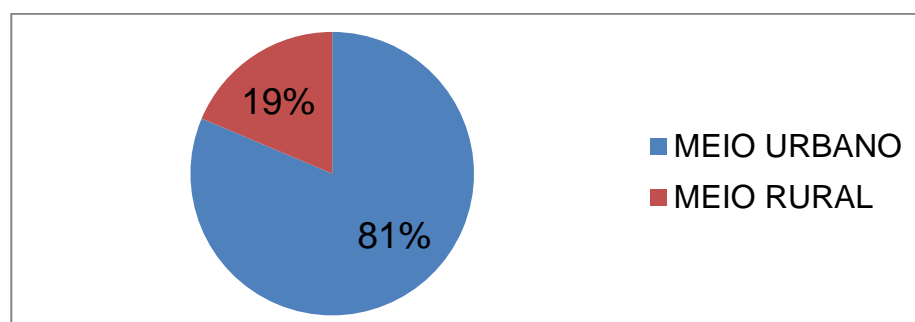


Gráfico 1: distribuição dos estudantes por local de moradia.

Esse dado nos chama atenção, pois se por um lado, a UAST proporciona o acesso aos jovens do seu entorno, estes não estão nas zonas rurais, o que confirma a hipótese que nos levou a realizar essa pesquisa: apesar de a Unidade Acadêmica de Serra Talhada estar fincada no semiárido, em um município intermediário, cercado por pequenos municípios (17 dos que pertencem à mesorregião do sertão do vale do pajeú) denominados de municípios rurais, que possui a maior parte da sua população vivendo nas zonas rurais, menos de um terço das vagas preenchidas pela unidade acadêmica, que é formada por vários cursos com especialidade no rural, é ocupada por jovens rurais. Apesar de atender prioritariamente a região, no que diz respeito especificamente aos rurais, o acesso ainda é pequeno diante da população rural da região.

Dos 202 que responderam que a residência da família é no meio rural, 138 moram atualmente no meio urbano e 64 no meio rural. O que mostra um grande deslocamento do meio rural para o meio urbano, sendo que 75,8% foi em decorrência dos estudos, demonstrando também a grande dificuldade de se morar no rural para ter acesso ao ensino superior. Dos que estudam na UAST apenas 6,6% moram na zona rural. Os que moram sozinhos, 62,6% são custeados pelos pais e 23,8% custeados por eles próprios. Apenas 2,4% deles recebem alguma ajuda da prefeitura do seu município para aluguel.

No entanto, apesar de ainda pequeno o acesso, diante da juventude rural da região, a criação da unidade acadêmica tem possibilitado aos jovens sonharem com uma formação superior e vislumbrarem sonhos e a realização destes, o que não seria possível sem a criação da unidade acadêmica. É o que podemos ver na fala de uma jovem estudante do curso de Letras. Ao serem questionados sobre se depois que a UAST foi implantada, a perspectiva dos jovens da região em relação a cursar o ensino superior mudou, ela respondeu:

Essa pergunta é meio complicada pra responder, mas eu acredito que sim, porque muito, por exemplo, seria mais difícil ainda se tivesse que se deslocar, por exemplo, pra Garanhuns, pra Recife, então fato dela vir pra cá se aproximou de muita gente, então o ensino superior se tornou mais acessível pra várias, pessoas, apesar de que existe todas as questões de você ter que se deslocar, muitos terrem que vir morar aqui em Serra Talhada ou em alguma cidade mais próxima, e tudo isso, mas já foi um passo.

E com relação à possibilidade de sonhar em fazer um curso superior, na opinião dela os jovens passaram a perceber como possibilidade: “Com certeza, justamente por conta dessa questão de aproximação, ficou mais próximo, então os jovens começam a olhar com outro olhar, “antes era mais difícil, agora tá mais fácil, vou tentar”.

Diante da situação de impossibilidade, muitos jovens sequer sonhavam em fazer um curso superior. Com uma trajetória escolar marcada pelas dificuldades de acesso, por preconceitos vividos nas cidades onde estudaram, imaginar curso superior, especialmente para aqueles de famílias mais pobres, era algo distante.

A grande maioria dos estudantes da UAST é oriunda de escola pública, municipal, estadual ou federal. Esse dado demonstra uma democratização do acesso à universidade para jovens que antes enfrentavam grande dificuldade de acessar uma universidade pública, devido tanto ao modelo de vestibular conteudista, o que implicava em uma distância social e cultural, quanto à própria distância física entre as cidades que sediavam as universidades e a residência dessas famílias. Esse dado, escapa a diferença entre o rural e o urbano, mas certamente é ainda mais forte entre os rurais. Na tabela abaixo vemos a origem escolar dos alunos da UAST.

**TABELA 2:** Tipo de escola onde cursou o ensino médio

<b>TIPO DA ESCOLA ONDE CURSOU O ENSINO MÉDIO</b>	<b>LOCALIDADE DE RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA</b>		<b>TOTAL</b>
	<b>MEIO URBANO</b>	<b>MEIO RURAL</b>	
<b>ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL</b>	74	26	100
<b>ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL</b>	629	164	793
<b>ESCOLA PÚBLICA FEDERAL</b>	55	19	74
<b>ESCOLA PRIVADA</b>	187	8	195
<b>MAIS DE UM TIPO DE ESCOLA</b>	14	3	17
<b>TOTAL</b>	959	220	1179

Fonte: dados da pesquisa 2012

Com relação à localidade da escola onde cursou o ensino médio, entre os discentes do meio urbano, 923 (96,6%) estudaram em escolas na zona urbana e 32 (3,4%) na zona rural. Entre os do meio rural, 194 (89,4%) estudaram na zona urbana e 23 (10,6%) em escolas no meio rural. No geral, 95,3% estudaram o ensino médio em escola na zona urbana e 4,7% em escolas da zona rural. Essas escolas estão localizadas no mesmo município de origem de 939 (79,3%) dos alunos, sendo 773 (80,3%) do meio urbano e 166 (75,1%) do meio rural. Os que responderam que a escola onde cursou o ensino médio não está no seu município de origem foram 245 (20,7%), sendo 190 (19,7%) do meio urbano e 55 (24,9%) do meio rural.

Ao entrevistar os jovens rurais estudantes sobre sua trajetória escolar, as dificuldades de acesso à educação foi uma característica comum entre eles, sendo maior entre os filhos de agricultores camponeses.

Como é o caso do jovem que chamamos de Adriano, do município de Serra Talhada. Adriano considera-se um jovem do meio rural, “ainda me identifico como um jovem do meio rural, porque morei muito tempo no meio rural, sempre fui de lá, meus pais moram ainda no meio rural”. Casado, tem um filho e atualmente trabalha em um órgão municipal. Morou na zona rural até os vinte anos, tendo saindo para trabalhar na cidade e porque não havia transporte no horário que precisaria. De acordo com seu relato, não seria fácil morar no sítio e estudar na UAST indo e voltando todos os dias, pois seria muito cansativo e caso fosse fazer este percurso teria que ir para uma vila, a uns quatro quilômetros de sua residência, lá pegaria o transporte que traz para a cidade de Serra Talhada e, depois, precisaria pegar o ônibus dos estudantes do município. Só seria possível continuar morando lá se possuísse um transporte particular. O rapaz se queixa da distância da falta de políticas públicas e de oportunidade para os jovens rurais estudarem. Apesar de morar no mesmo município onde está sediada a UAST, o jovem só consegue estudar se deslocando para a sede do município, condição que nem sempre é possível e envolve uma escolha do jovem. Só é possível estudar se deixar de participar das atividades na unidade de produção de sua família, condição que muitas vezes impede os jovens rurais do sexo masculino, principalmente, de dar continuidade aos seus estudos. A

dificuldade de deslocamento é um dos maiores empecilhos para que os jovens rurais cheguem à universidade.

Logo para cursar a segunda fase do ensino fundamental esses jovens precisam se deslocar para as sedes dos seus municípios ou de outros. Em geral, enfrentam o trajeto em um transporte inapropriado para tal, o caminhão pau de arara. Para a universidade, não há alternativa a não ser morar na sede de seu município para ter acesso ao transporte ou em Serra Talhada.

Esta situação é vivenciada pela maioria dos jovens rurais discentes da UAST. Entre os 202, 194 (89,4%) estudaram na zona urbana e 23 (10,6%) em escolas no meio rural. No geral, 95,3% estudaram o ensino médio em escola na zona urbana e 4,7% em escolas da zona rural.

A questão é preocupante por dois motivos: primeiro, como outros estudos já demonstram, a qualidade das escolas públicas de ensino médio é baixa, quando relacionadas com as privadas e isso se torna mais problemático quando falamos do meio rural, que possui poucas escolas deste tipo. Além disso, o deslocamento desses jovens para o meio urbano sem nenhuma preocupação com um a construção de um conhecimento contextualizado, leva muitos jovens a valorizarem outros conhecimentos em detrimento da socialização na agricultura familiar, o que nos leva a concluir, que acesso aos estudos implica em saída e não fortalecimento dessa profissão e desse modo de vida, questão que será avaliada abaixo, no que se refere ao ensino superior.

Dos que residem atualmente no meio urbano, 1099 (99,3%) utilizam transporte para se deslocar até a Universidade, sendo que 61,7% usam transporte coletivo, que se refere ao ônibus que traz os estudantes da cidade de Serra Talhada para à unidade acadêmica cobrando um preço por passagem; 15,7% usa transporte intermunicipal, que trazem estudantes de outros municípios, muitas vezes pagando por um valor fixo; 10,9% transporte próprio; 10,3% transporte público, que pode ser da cidade de Serra Talhada ou outros municípios, onde os estudantes são isentos do pagamento pelo uso; e 1,4% responderam mais de um tipo de transporte. Entre os que residem no meio rural, 69 (86,3%) utilizam transporte para chegar à Universidade e 11 (13,8%) não utilizam, sendo 32,7% transporte privado; 28,8% transporte coletivo; 13,5% transporte intermunicipal;



10,6% transporte público e 14,4% responderam mais de um transporte. Dos que responderam mais de um, 32 alunos utilizam dois tipos e 05 utilizam três tipos.

A questão do transporte é uma dos problemas enfrentados por esses jovens, pois além da dificuldade de conseguir, os alunos são submetidos aos horários e dias dos mesmos, restringindo a carga horária de aula principalmente no período noturno.

No que se refere a faixa-etária, os discentes da unidade estão dentro do que tem se considerado a idade média de acesso a este nível de ensino. 94,1% dos discentes estão dentro do intervalo de 20 a 24 anos o que possui a maior quantidade de estudantes, representando 54,2% do total. Considerando apenas a população do meio urbano, 93,3% são jovens e 6,7% estão acima dessa faixa etária. Na população do meio rural, a porcentagem de jovens aumenta, consideravelmente, para 97,3%, e os acima dessa faixa etária representam apenas 2,7%.

Percebemos significativa diferença no acesso quando consideramos o sexo dos jovens estudantes. Da população total entrevistada, como tendência atual, as mulheres jovens têm chegado a níveis mais elevados de educação do que os homens. No meio rural, esta tendência é ainda maior, devido a questões familiares, de herança, de perspectiva de trabalho em outras atividades etc. É o que percebemos no gráfico que segue:

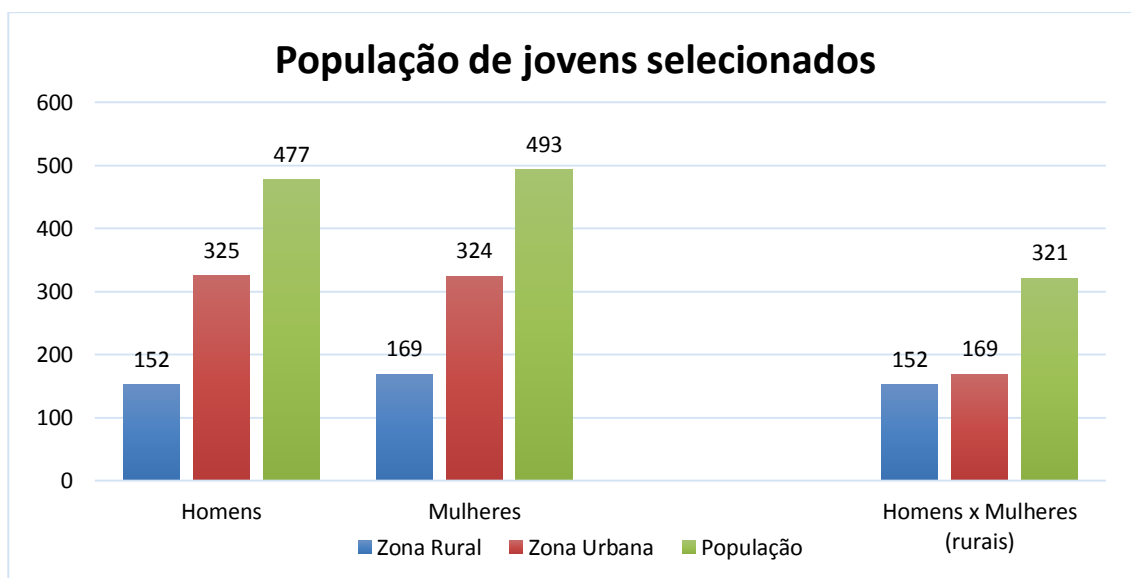


Gráfico 2: diferença de acesso por sexo nos meios rural e urbano.

Entre a população de discentes do meio rural, o número de estudantes do sexo feminino é 20% maior que a de homens, representando 60% contra 40% do sexo masculino. A saída das moças para estudar é uma realidade percebida no sul do país, que está levando a um fenômeno denominado como masculinização do campo (WEISHEIMER, 2009 BRUMMER,2008, ABRAMOVAY,1994 ), Esta maior inserção das mulheres na educação superior tem algumas explicações: primeiro, tradicionalmente, os papéis reduzidos a mãe e esposa, assumidos pelas mulheres, o fato de seu trabalho ser pouco valorizado na unidade familiar e a sucessão do pai na agricultura, sendo a saída para os estudos uma compensação para as mesmas e uma diminuição das responsabilidades dos pais em relação a herança (CARNEIRO, 2005). Outro motivo diz respeito à necessidade dos jovens do sexo masculino de ajudarem os pais na agricultura, além da exigência social de que o jovem rapaz adquira logo recursos financeiros que o possibilite afirmar sua masculinidade. Isto leva a uma necessidade de busca de atividades remuneradas dentro ou fora da sua comunidade, o que explica também o alto grau de migração de jovens da região para o corte da cana no sul do país (SILVA e MENEZES, 2006).

Outra questão a ser considerada é a própria socialização para o casamento que acontece logo cedo entre as moças e rapazes do meio rural, o que os leva a formarem família e interromper os estudos. Em geral, as moças entrevistadas são exemplo em suas comunidades rurais, sendo muitas vezes as únicas a conseguirem acessar o ensino superior.

Os alunos do meio rural são, em sua grande maioria, filhos de agricultores. As profissões mais citadas foram agricultora (61,8%) dona de casa (12%) e professora (11,5%). A profissão dos pais dos alunos do meio rural, a mais frequente foi agricultor (85,7%) e motorista (3%). No geral, a profissão mais frequente, tanto para as mães quanto para os pais, foi a de agricultor (a). Destes, 259 (63,3%) possuem terra própria e 150 (36,7%) não possuem terra. Este dado é importante porque indica que a escolha pode estar relacionada com a possibilidade de continuidade no meio rural.

Dentre os jovens cujos pais são agricultores a distribuição por curso é a seguinte:

**Tabela 3 .** Distribuição por curso da profissão dos pais no meio urbano e rural

<b>Bacharelado e Licenciatura</b>	<b>Profissão da Mãe</b>	<b>Profissão do Pai</b>
	<b>Agricultora</b>	<b>Agricultor</b>
<b>MEIO URBANO</b>		
Administração	7	13
Agronomia	18	29
Bacharelado em Ciências Biológicas	10	18
Ciências Econômicas	14	28
Sistema de Informação	9	12
Bacharelado em Zootecnia	11	20
Engenharia de em Pesca	5	12
Licenciatura em Letras	23	25
Licenciatura em Química	14	19
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>176</b>
<b>MEIO RURAL</b>		
Administração	10	15
Agronomia	27	38
Bacharelado em Ciências Biológicas	13	19
Ciências Econômicas	15	16
Sistema de Informação	6	11
Bacharelado em Zootecnia	16	20
Engenharia de em Pesca	9	11
Licenciatura em Letras	17	20
Licenciatura em Química	21	24
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>174</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2012.

Observamos que nos cursos que formam para atuação no meio rural, como agronomia e zootecnia, a incidência de filhos de agricultores também é maior. No

entanto, percebemos que não se pode fazer uma separação extrema entre rural e urbano, já que dos jovens estudantes que se dizem urbanos, um número estimado é filho de agricultores e agricultoras. Este é um dado que não traz qualquer surpresa quando compreendemos que boa parte dos municípios do território do Pajeú está dentro das características dos municípios rurais, que possui grande parte da população vivendo no meio rural e possui apenas até 20.000 habitantes nas sedes dos municípios denominadas cidades (WANDERLEY, 2009).

Um dado importante a ser observado para pensar os projetos de vida desses jovens bem como o desenvolvimento da região e as implicações para o modelo de família camponesa é a expectativa de continuidade desses jovens no seu meio após o término do curso. A tabela a seguir demonstra a avaliação das possibilidades dadas pelo curso para os jovens continuarem no meio rural ou urbano.

No que se refere ao Estado civil, da população do meio rural, 208 (94,5%) alunos são solteiros, 11 (5%) são casados e 01 (0,5%) mora junto com um parceiro. Na população rural não havia nenhum viúvo. De fato, o casamento tem sido entendido pelos estudiosos da juventude, especialmente os da juventude rural como uma mudança nesse status ao assumir responsabilidades de cuidar da família. John Durston(1998<sup>a</sup>), ao definir juventude rural utiliza a moratória como a principal característica, assim, quando o jovem assume a responsabilidade de nova unidade familiar, deixa de ser considerado jovem. É o que demonstra também Abramo(2005), ao analisar o perfil da juventude brasileira.

Dadas as condições de acesso ao ensino superior, tanto para a formação do jovem estudante como para a sua permanência no mesmo, os auxílios de bolsas são vistos por eles como importantes senão essenciais para sua manutenção na universidade. Das bolsas que a Universidade disponibiliza, 793 (68%) dos discentes não possuem nenhuma e 373 (32%) possuem algum tipo. Entre os que não possuem, 84,2% são do meio urbano e 15,8% do meio rural. Entre os que possuem, 74,5% são do meio urbano e 25,5% do meio rural. Dos estudantes do meio urbano, 70,6% não possuem bolsa e 29,4% possuem. Utilizando apenas os estudantes do meio rural, 56,8% não recebem bolsa e 43,2% recebem de algum tipo.

Outra questão importante para a formação do aluno é a possibilidade de apenas trabalhar ou se divide seu tempo entre os estudos e o trabalho. Entre a população do meio

rural, 59 (31,4%) trabalham e 129 (68,6%) não trabalham. Usando apenas os de origem rural, na pergunta referente a se eles ajudavam os pais na agricultura, 78 (59,5%) responderam que não ajudam e 53 (40,5%) disseram que ajudam. Diferenciando entre os homens e as mulheres, 23 (40,4%) dos homens não ajudam na agricultura e 34 (59,6%) ajudam. Entre as mulheres, 55 (74,3%) responderem que não e 19 (25,7%) que sim. Comparando os dois gêneros, há uma grande diferença entre os que contribuem com os pais na agricultura, isto pode ser explicado pelo fato da ocupação das mulheres, na maioria das vezes, está ligada apenas aos afazeres domésticos.

A renda das famílias dos jovens rurais que estão na universidade é, em sua maioria, baixa. Das famílias dos universitários de origem do meio rural, 28% recebem até um salário mínimo, 46%, maior porcentagem, recebe até dois salários mínimos, 11% ganha até três salários, 10% chega a quatro salários, 1% recebe à cinco e 4% recebem seis ou mais salários mínimos. Entre as famílias do meio urbano, 19,4% possuem algum benefício, e entre a famílias do meio rural, 47,1% são beneficiadas por programas sociais como o programa bolsa família. Todos os jovens entrevistados afirmam que esses benefícios são essenciais para a família, chegando muitas vezes a ser a única fonte de renda segura. Este dado é muito importante, pois demonstra que as famílias estão compreendendo a educação como uma importante meio de desenvolvimento individual, além disso demonstra como os programas destinados a manter as crianças na escola como é o caso do bolsa família tem surtido efeitos positivos sobre estas famílias e contribuído com a democratização do ensino superior e a possibilidade de que os jovens formados quebrem o ciclo de pobreza de suas famílias.

Um dado é importante para pensar a importância do acesso desses jovens à universidade é perceber se eles pensam em voltar para o seu meio ou ficar em sua região e contribuir para o seu desenvolvimento.

Boa parte dos jovens que estão se formando na UAST pensam em continuar no seu local de origem, embora não seja a maioria, está bem próximo desta, como vemos na tabela a seguir:

**TABELA 4: Quando terminar o curso, pensa em viver no seu lugar de origem**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	NÃO	649	54,6	56,3	56,3
	SIM	504	42,4	43,7	100,0
	Total	1153	97,0	100,0	
Ausente	Sistema	36	3,0		
Total		1189	100,0		

Fonte: pesquisa 2012.

No que se refere a visão dos jovens sobre as possibilidades de continuar no seu lugar de origem, os jovens se mostraram otimistas, embora reconheçam as dificuldades. O olhar otimista foi maior entre os jovens estudantes do sexo masculino do que o feminino, tanto do meio rural, quanto do meio urbano, tendo sido maior entre os jovens do sexo masculino do meio rural.

Este dado deve ser relacionado com a avaliação que os jovens fazem dos conhecimentos produzidos na Universidade. Para 61,2% dos jovens entrevistados, a universidade tem lhe possibilitado uma formação que lhe permite que continue no seu lugar de origem, para trabalhar na área em que está se formando. Essa avaliação fica mais clara na fala dos alunos, É o que veremos na fala do estudante do curso de agronomia:

A questão do conhecimento mesmo, de mostrar, por exemplo, na minha área, de mostrar que é possível produzir em locais pequenos ou com pouca água, existe várias técnicas. (Fábio, curso de agronomia)

(...) no meu curso seria mais a questão seria mais referente à área de engenharia em si, porque, por exemplo, quem é engenheiro agrônomo ele pode assinar a planta de um prédio, por exemplo, alguma coisa assim, de até três andares, mas não em área urbana. Não pode, por exemplo, na área de construção civil não pode. (Tales Ferreira - Agronomia)

Ao questionar se a formação no seu curso é voltada para trabalhar na sua região, o aluno respondeu:

Na verdade, a gente é mais preparado pra trabalhar na região, mas a gente tem que ter a consciência que não sabemos onde é que vamos atuar, em que local,

então muitas coisas que a gente ver voltada pra região específica, mas também o curso não pode ser destinado único exclusivamente pra isso, a gente tem que ser preparado pra qualquer região, pra atuar. Tem o geral, porque, como eu disse, a gente não sabe onde vai parar, mas o fato da universidade já tá aqui então a gente sabe que precisa melhorar muito o meio rural daqui, então tem a parte específica também daqui da região. (Rodolfo, agronomia)

Como vemos nas falas dos alunos, a universidade tem contribuído na construção de um conhecimento contextualizado que visa preparar os jovens para trabalhar na sua região, enxergando as potencialidades da mesma. A outra questão a ser analisada é se a região possibilita oportunidades de trabalho.

Os jovens estudantes, em sua maioria, conseguem enxergar oportunidades de trabalho na sua região embora os espaços que eles citem sejam ainda restritos. É o que mostra a tabela que segue:

**Tabela 5:** Oportunidade de trabalho na área do seu curso no seu lugar de origem

<b>Percebe oportunidade de trabalho na área do seu curso no seu lugar de origem?</b>			
	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Total</b>
Meio Urbano	418	515	933
Meio Rural	93	125	218
Não respondeu			35
<b>Total</b>	511	640	1151

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2012.

A UAST tem contribuído também com uma mudança na visão dos jovens em relação ao meio rural. Diferente do que se poderia ter como hipótese, a inserção dos jovens na universidade não o afasta do seu meio, mas tem contribuído com um olhar mais positivo sobre o meio rural e sobre o semiárido em geral.

Se o papel da universidade é contribuir para o desenvolvimento da região, ela só pode cumprir esse papel de forma efetiva, se o Estado perceber a necessidade de uma integração de políticas públicas que proporcionem equidade de condições para o meio rural. A democratização da educação só se efetivará quando esses jovens tiverem condição, sem ter que deixar seu espaço, de acessar o ensino superior e encontrar nele a

produção de um conhecimento contextualizado, que proporcione um olhar para as potencialidades do seu meio, sem perder a qualidade do que é produzido universalmente.

### **Questões em debate:**

A problemática que envolve o acesso dos jovens rurais ao ensino superior é complexa e impossível de ser discutida no espaço de um artigo. No entanto, algumas considerações podem ser feitas com base nos dados que apresentamos aqui.

A juventude rural do semiárido brasileiro vive uma situação juvenil marcada pela grande dificuldade de opções de permanência no seu meio, de acesso a educação e outras políticas juvenis, visto que o meio rural onde vivem é marcado pela precariedade de recursos mínimos como estradas e transportes. Assim, o acesso ao ensino superior, além de garantir uma formação, possibilitar a realização de sonhos profissionais, pode contribuir para mudar a visão do jovem sobre sua região e ampliar a valorização de suas potencialidades. Como vimos, grande parte dos jovens do meio rural e urbano da região que estão na universidade, querem continuar no seu meio.

A Universidade tem cumprido com sua primeira função: garantir o acesso da população da região ao ensino superior, visto que mais de 90% dos jovens estudantes são do Estado de Pernambuco e mais de 60% da região do Sertão do Pajeú.

Mesmo levando em conta as questões de ordem cultural e social, que prioriza, no meio rural, o trabalho como elemento moral (WOORTMAN, 1990) e como meio de sobrevivência da família camponesa, diante da realidade que acessamos e do desejo de jovens e famílias, o acesso dos jovens rurais ao ensino superior ainda é pequeno na região, ao compararmos com os jovens que vivem nas denominadas zonas urbanas, mesmo dos pequenos municípios. Nesse sentido, a localização da residência da família em relação ao meio urbano, além das suas condições socioeconômicas, faz diferença nas possibilidades de escolha desses jovens.

As políticas de transferência de renda são vistas pelos jovens como muito importantes para o sustento das famílias e a considerar seu principal objetivo, o de manter as crianças na escola, tem sido importante também para o desenvolvimento pessoal dos jovens, sendo um dos possibilitadores do acesso desses jovens ao ensino superior. Nesse sentido, a combinação de políticas sociais, pode ser o principal meio de



impulsionar o desenvolvimento territorial. Todavia, é preciso que o Estado amplie sua visão sobre o rural para além do agrícola, invista em políticas que possam potencializar a vontade e o conhecimento dos jovens para continuar no seu meio sem reproduzir as precárias condições de suas famílias.

Buscamos aqui trazer alguns dados que dentro das questões que envolvem a juventude rural e o ensino superior, nos dê margem para pensar e discutir o acesso, o tipo de educação, o papel da universidade e o desenvolvimento das regiões que estão sendo beneficiadas com os programas de interiorização e expansão das universidades federais.

### **Referências:**

**ABRAMOVAY, Ricardo. et. All . Juventude e Agricultura Familiar:** desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: edições Unesco, 1998, 2.ed, 1994.

**BRASIL. Expansão das Universidades Federais:** o sonho se torna realidade!. Brasília: Imprensa Nacional, 2007. 103 p.

\_\_\_\_\_. **SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE.** Políticas Públicas de Universidade. Brasília: Imprensa Nacional, 2013. 35 p.

**BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade.** In: CARNEIRO, M. J.; BRUMER, A. ; SPANEVELLO, R. . Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil(Relatório de Pesquisa) - janeiro 2008. Porto Alegre 2008 (Relatório de pesquisa)

**CASTRO, E. G. de. (Orgs.). Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-54. **CARNEIRO, M. J.** Juventude rural: projetos e valores. In: **ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.).** Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-261.

**CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil:** processos de exclusão e a construção de um ator político.Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Colômbia, v. 07, n. 01, 179-208, enero-junío, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Universidade Pública sob Nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, Nº 24, 2003.

DURSTON, John. **Juventud rural em Brasil Y México**; reduciendo la invisibilidad. Santiago do Chile, CEPAL, 1998a.(políticas sociales, 28) Acesso Internet WWwcinterfor. Org.uy em 18.08.2002.

IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 14 mar. de 2013.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.) **Juventude e Sociedade**. Trabalho, Educação, Cultura e Participação. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, I. J. C. **A jovem rural e o mundo do trabalho na atualidade**: desafio para a extensão rural. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3, 2008, Campina Grande. Anais... Campina Grande: UFCG, 2008. p. 01-15.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional casa da moeda: Lisboa: Portugal, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Construção Sociológica da Juventude**: alguns contributos. Revista Análise Social V. XXV (101-106), 1990. p. 139 -165.

PAULO, M. de A. L. de. **Juventude Rural**: construções identitárias. Recife: UFPE, 2011. 322 p.

\_\_\_\_\_. **Os impactos da criação da Unidade Acadêmica de Serra Talhada para a Juventude Rural do Sertão do Pajeú**. Projeto de pesquisa. Serra Talhada, 2011.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Classes populares no ensino superior brasileiro**: desafios políticos e pedagógicos. In: BENINCÁ, Dirceu(org). Universidade e suas Fronteiras. São Paulo: Outras expressões, 2011

SILVA, M. S.; COVER, M. **A migração dos jovens rurais no Alto Sertão da Paraíba**: tramas de dominação, resistência e reconfiguração das relações no meio rural. In: IV

Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba. IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010.

SOUZA, Felipe de Paula; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. Da proposição á vivência: a experiência da nova modelagem curricular da Universidade Federal de Alagoas no alto Sertão Alagoano. In: quarto colóquio Internacional Educação e contemporaneidade: Aracaju, 2010.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 24, p. 26-39, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco:** que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-33.

\_\_\_\_\_. **Urbanização e Ruralidade:** Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural: Estudo Preliminar Sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E.M. Ensaio de Desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Embrapa Tabuleiros Costeiros/ UFS: Sergipe, 2002.p.21-40.

\_\_\_\_\_. **Olhares sobre o “Rural” Brasileiro.** Revista Raízes. Vol.23, nºs 1,2- 2004.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar.** 2009. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2009.

